



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE  
CONTROLADORIA GERAL**

Soure, 06 de agosto de 2021

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**

**ORIGEM: Processo de Licitação N°006/2021 - Inexigibilidade.**

**ASSUNTO: Solicitação de Parecer.**

**REQUERENTE: Comissão Permanente de Licitação.**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 3.044/2005, e de acordo com o que se estabelece junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, nos termos do §1º, do art.11, da RESOLUÇÃO N° 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público. Veio a conhecimento desta Unidade Central de Sistema de Controle Interno, o processo Licitatório modalidade Inexigibilidade, que pede análise e parecer dos atos realizados pelo Presidente e equipe de Apoio da Comissão de Licitação, que versa sobre a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA EM WEB INTEGRADA, PROCSSAMENTO ELETRONICO DOS BOLETOS POR INTERFACE VIA API, CONVERSÃO DE BANCO DE DADOS E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PARA USO DAS FERRAMENTAS, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CONYTIDOS NO TERMO DE REFRENCIA.**

A modalidade adotada no processo licitatório foi à modalidade **INEXIGIBILIDADE**, previsto na Lei 8.666/93, e Lei Complementar n°. 123/2006 e Lei Complementar n°. 147/2014 e demais normas pertinentes.

**I - DOS FATOS.**

A Unidade Central de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados da escolha da modalidade adotada para contratação da empresa responsável por serviços de Assessoria Jurídica, se posiciona de **ACORDO** com a forma escolhida.

**II - CONCLUSÃO.**

Essa Controladoria se posiciona **FAVORÁVEL** a contratação da Empresa **NOB SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTDA**, inscrita no CNPJ: 14.108.730/0001-15, na ordem de R\$ 56.094,00 (cinquenta e seis mil e noventa e quatro reais) em período de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece as leis vigentes no país.

**É o relatório,**

**Salvo Melhor Juízo.**

**Soure - PA,**

**Antonio da Silva Fernandes  
Controle Interno**